



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0161/04	DATA: 17/03/04
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 15h47min	DURAÇÃO: 01h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h02min	PÁGINAS: 24	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Votação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados; Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 23ª reunião. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Presidente, dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Em discussão a ata. (*Pausa.*) Não havendo quem queira modificá-la, passamos à votação. Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) APROVADA por unanimidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, conforme espelho distribuído, o prazo de conclusão dos trabalhos desta Comissão é dia 23 deste mês. Eu fui informado de que existe um requerimento do Relator, pedindo a prorrogação dos trabalhos. Só que esse requerimento, no plenário da Câmara, está prejudicado, porque a pauta está travada pela votação de sucessivas medidas provisórias, e ela estará travada até o dia 23. Portanto, Sr. Presidente, ela não será prorrogada. E nós entendemos, Sr. Presidente, que, pela celeridade dos trabalhos, V.Exa. tem que determinar ao Relator um prazo para a apresentação do relatório, para que possamos nos manifestar sobre o mesmo. Nós não podemos deixar essa decisão para a semana que vem. A semana que vem é a semana terminal, e o plenário não se manifestará a tempo de prorrogar os trabalhos em virtude de a pauta estar travada. Esta é a questão de ordem que formulo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência entende, Deputado Arnaldo Faria de Sá, a questão de ordem de V.Exa. Mas foi dada entrada ao requerimento, e temos que aguardar a posição da Casa, do Presidente da Casa, para que possamos concluir a Comissão. Esse é um entendimento da Presidência com o Relator. Vamos dizer: ainda estamos no prazo de funcionamento. O prazo...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não estou discutindo que estamos fora do prazo, nós estamos dentro do prazo. Mas dentro do prazo terá que ser votado o relatório, e não existe um cronograma de apresentação do relatório, para que nós possamos discuti-lo e votá-lo. Então, esta é a minha preocupação, Sr. Presidente. Não é que hoje estejamos fora do prazo. Não, hoje, estamos dentro do prazo — V.Exa. tem razão. Mas a minha preocupação é que, se não for votado até o dia 23 o requerimento de prorrogação, extinguir-se-á no dia 23. E é esta a minha preocupação: que relatório estaremos votando? Precisamos ter um cronograma. V.Exa. tem que determinar ao Relator um prazo para a apresentação do relatório para que ele seja discutido e votado dentro do prazo. É essa a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - É, mas foi pedida a prorrogação da Comissão. Dentro do prazo regimental, a Comissão vai fazer a parte dela: ou será prorrogado ou será apresentado e votado o relatório até o prazo, que é dia 23. Pela ordem, tem a palavra o Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, uma dúvida que queria perguntar à Mesa: o Presidente da Casa, de ofício, não pode prorrogar os trabalhos da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Não. É o Plenário da Casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, eu sugeriria então que — aliás V.Exa. já tinha encaminhado esse tipo de consulta à Presidência — fosse debatido esse impasse que está se colocando aqui neste momento, ou seja, a prorrogação da CPI, por conta de que os trabalhos não têm como ser concluídos no prazo regimental até então. Eu acho que deveríamos, a Mesa e os componentes da CPI, conversar com o Presidente da Casa para resolver esse impasse. Mesmo considerando a questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá, esses relatórios não tinham como ser prontos mesmo no prazo regimental.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tinha sim. Tem, Relator?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Deputado, é o seguinte: nós temos ainda audiências que foram aprovadas para serem realizadas em Estados, documentos que nós solicitamos a autoridades não chegaram ainda. Então, nós estamos pedindo a prorrogação por mais 60 dias, de acordo com o Regimento, para que nós possamos concluir essa fase de interrogatório e, depois, fazer o relatório



também. Então, não há condição de se fazer, uma vez que nós ainda estamos fazendo as audiências, e há ainda vários requerimentos que foram aprovados, nós não tivemos ainda tempo de ouvir essas pessoas de outros Estados — de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará. Inclusive há uma audiência marcada para o Ceará, outra para a Paraíba e Pernambuco e outra para o Rio Grande do Norte. Enfim, há necessidade de se ter as audiências, e nós pedimos no tempo hábil. Agora, eu quero lembrar que nós tivemos aqui casos de CPI cujos prazos foram concluídos e, por causa da pauta fechada, o requerimento foi votado quando a pauta foi reaberta. Então, é nesse sentido de que nós temos ainda pessoas que foram aprovadas para serem ouvidas. Podemos até dizer que não vamos ouvir mais, vamos ouvir essas pessoas aqui. Agora, há também vários documentos que nós requisitamos por meio de requerimento e que as autoridades ainda não encaminharam a esta Casa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não estou contra a posição. Não há impasse nenhum. Eu só estou levantando questão meramente regimental. Eu não tenho posição nenhuma. Estou apenas alertando que o prazo terminal é dia 23, não houve a prorrogação, e a pauta do plenário está travada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência agradece, Deputado Arnaldo Faria de Sá. A colocação de V.Exa. é importante, mas a Presidência vai officiar ao Presidente, e S.Exa., como Presidente da Casa, pode tomar qualquer...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Até porque dia 23 é terça-feira, não é? Dia 23 é terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - É terça-feira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, se não tiver a prorrogação até amanhã, na terça-feira é prazo final e aí não temos relatório votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Terça-feira, Deputado, é o último dia. No nosso entender, é o último dia se houver prorrogação ou não. Pela ordem, tem a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, todas as argumentações já usei na semana retrasada. Nós temos 20 requerimentos aprovados para ouvir pessoas aqui até terça-feira. Então, para que nós possamos



adiantar o trabalho desta Comissão, eu peço a V.Exa. que a votação em seguida seja em bloco. São 10 requerimentos que estão na pauta, que os 10 sejam votados de uma vez só. Caso V.Exa. não tenha entendimento favorável ao meu pedido, quero levar a decisão ao Plenário. Portanto, a V.Exa. eu requeiro que a decisão seja de votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado José Carlos Araújo, V.Exa., que é um estudioso do Regimento da Casa e o conhece muito bem, assim como o Deputado Arnaldo Faria de Sá, sabe que podemos votar em bloco destaques, mas requerimentos não podem ser votados em bloco. Votaremos os requerimento, o que não vai demorar, no nosso entender. Esta é uma reunião muito rápida, estamos vendo que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Expediente. Fiz distribuir cópia das correspondências recebidas, as quais se encontram à disposição dos senhores membros na Secretaria da Comissão. Ordem do Dia. Apreciação de requerimentos. Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu peço preferência para os Requerimentos de nºs 76/04, 77/04 e 79/04.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, há o entendimento do Plenário de que não devemos conceder preferência. Se for mantido o pedido de preferência, nós vamos pôr a voto o requerimento de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - O requerimento tem de ser votado. A gente tendo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, vamos votar o requerimento de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Em votação o requerimento de preferência do Deputado Luiz Couto. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Verificação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Verificação concedida. Vamos passar à chamada dos Srs. Deputados. Deputado Fernando Ferro. *(Pausa.)* Ausente. Deputado João Alfredo. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Sim", Deputado Luiz Alberto. Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não", Deputado José Carlos Araújo. Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não", Deputado Luiz Carreira. Deputado Marcelo Guimarães Filho.

O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não". Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, eu voto a favor de todos os requerimentos. Todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado Mendonça Prado, "Sim". Deputado Josias Quintal. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Marcelo Castro. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Bosco Costa. "Sim". Deputado Helenildo Ribeiro. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Vicente Arruda. Não. Deputado Enivaldo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não". Deputado Mário Negromonte.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não". Deputado Jonival Lucas Junior. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Romeu Queiroz.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - "Não".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não". Deputado Marcos de Jesus. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Paulo Gouvêa. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Dr. Ribamar Alves. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Sim". Deputado Promotor Afonso Gil. *(Pausa.)* "Sim". Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)* Ausente. Senhores suplentes. Deputado Guilherme Menezes. *(Pausa.)* Ausente. Deputado José Pimentel. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Maurício Rands. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)* Ausente. Pelo PMDB. Deputado Pastor Pedro Ribeiro. *(Pausa.)* Ausente. Deputada Sandra Rosado. *(Pausa.)* Ausente. Pelo PSDB. Deputado Carlos Sampaio. *(Pausa.)* Ausente. Deputado João Campos. *(Pausa.)* Ausente. Pelo PTB. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não". Pelo PL. Deputado Almeida de Jesus.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA DE JESUS - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Não". Deputado Edmar Moreira. *(Pausa.)* Ausente. Pelo PSB. PPS. Deputado Elimar Máximo Damasceno, pelo PRONA. *(Pausa.)* Ausente. Como vota o Deputado Daniel Almeida?

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - "Sim", Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)* Dezesesseis votantes, 9 "não" e 7 "sim". Está rejeitado o requerimento de preferência de autoria do Deputado Luiz Couto. Vamos seguir a pauta na ordem. Sobre a mesa Requerimento de nº 46, de autoria do Deputado Luiz Alberto que *"solicita seja convocada a Sra. Kátia Alves dos Santos, ex-Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre as acusações proferidas pela Sra. Olga Regina de Souza"*. Em discussão. Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, esta, parece-me, é a terceira ou quarta vez que esta Comissão tenta aprovar este requerimento que convoca a ex-Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, Sra. Kátia Alves. Este requerimento, Sr. Presidente, tem o objetivo de dirimir dúvidas nesta



Comissão acerca do depoimento da Juíza, Dra. Olga, que em seu depoimento citou não só a ex-Secretária, como outras autoridades de Segurança Pública no Estado da Bahia, inclusive o Governador na época. E para que não paire dúvidas de que nossas autoridades de Segurança Pública do Estado da Bahia têm envolvimento ou, conforme ficou no depoimento da Dra. Olga, a juíza que fez aquele depoimento aqui, a dúvida da conivência das autoridades de Segurança Pública no Estado da Bahia. Esse é o objetivo deste requerimento. Acredito que esta CPI, que foi instalada em cima de fato determinado, que, em todas as oitivas que foram feitas nesta Comissão, pelo relatório parcial já apresentado e aprovado nesta Comissão, o que seriam indícios de envolvimento de autoridades, pessoas, cidadãos e cidadãs, principalmente cidadãos, em grupo de extermínio foram, na sua grande maioria, confirmados nesta Comissão. O que nós não podemos aceitar neste debate é que esta Comissão, esta CPI, que investiga a ação criminosa de milícias privadas e dos grupos de extermínio no Nordeste do Brasil, possa terminar sem concluir os seus trabalhos, um trabalho que é de fundamental importância para a sociedade brasileira, porque chega de recebermos relatórios da Organização das Nações Unidas acusando o Brasil, o Governo brasileiro de não promover nenhuma ação efetiva para coibir a matança que existe neste País, principalmente de jovens, pobres, na sociedade brasileira. O Brasil é visto no exterior como um país que não tem política que coíba esse tipo de crime praticado de forma organizada e que, muitas vezes, aqui foram denunciados com participação ou, às vezes, conivência da estrutura do Estado brasileiro. Portanto, esse é o objetivo. O requerimento não faz aqui nenhum juízo de valor em relação às pessoas, como os dos outros Parlamentares. Nós queremos é ouvir a versão da autoridade, para que esta CPI conclua seu relatório. Nós precisamos dar uma resposta não só à sociedade brasileira em relação a essas questões, mas à comunidade internacional, que vem insistentemente denunciando o Brasil nos fóruns de direitos humanos, como fez, na sua visita aqui ao Brasil, em particular à Bahia, a Dra. Asma Jahangir, que, ouvindo uma testemunha lá na Bahia, na cidade de Santo Antônio de Jesus, quando retornou para fazer o seu relatório nas Nações Unidas, essa testemunha foi assassinada por grupos de extermínio que se sentiram ameaçados de se interromper de forma definitiva o processo de impunidade em relação a esses crimes. Esse é o objetivo.



Nós não podemos sair daqui na quinta tentativa de se aprovar um requerimento desses, ou que os membros desta Comissão aceitem que esse processo permaneça ocorrendo no nosso País, em pleno século XXI. O Brasil, Sr. Presidente, para encerrar, avançou muito na política de direitos humanos. Esta Casa, agora, com a modificação, com a mudança no Regimento Interno, vai aprovar um novo papel para a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, dando-lhe mais poderes, dando-lhe poder, inclusive, agora, de analisar iniciativas legislativas, de aprovar ou rejeitar projetos de lei no sentido de adequar às novas exigências internacionais na política de direitos humanos. Portanto, eu quero pedir aqui aos nobres Pares que aprovelem esse requerimento, como os outros também, para que possamos cumprir o nosso papel como membros efetivos da CPI que investiga grupos de extermínio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Em votação o presente requerimento. Os Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Estamos... Já chamei a votação. Solicito aos Srs. Deputados que aprovelem ou rejeitem o presente requerimento.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu queria ter o direito pelo menos de encaminhar a votação, se V.Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu chamei, anunciei a votação, Deputado. Com a compreensão de V.Exa...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - V.Exa. tinha anunciado que estava em discussão, o Deputado Luiz Alberto se inscreveu, e eu estava aqui aguardando a conclusão da intervenção dele para pedir a minha inscrição. V.Exa. já passou imediatamente para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - V.Exa. é Vice-Líder do PCdoB, Deputado Daniel. Então, V.Exa. poderia orientar pelo partido.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, eu acho que este requerimento tem uma relevância muito grande. Esta Comissão tem a responsabilidade de apurar crimes que estão sendo verificados nos mais diversos Estados do Nordeste e na Bahia também. Invariavelmente, os depoimentos e as comprovações que se tem, os inquéritos que foram feitos, a ação do Ministério Público tem verificado a presença de elementos, de pessoas, de instituições do poder público, especialmente envolvimento de policiais na organização e na ação do crime organizado, do crime de extermínio. A Sra. Kátia Alves foi Secretária de Segurança Pública no Estado da Bahia. A Sra. Olga fez um conjunto de acusações, e eu acho que esta CPI está exatamente abrindo a oportunidade para que a ex-Secretária Kátia Alves possa esclarecer essas acusações, essas dúvidas que pairam sobre ela. É uma oportunidade que a CPI está oferecendo à Secretária e uma oportunidade para a Secretária, inclusive, esclarecer como acompanhou, como ela verificou, que ação adotou no sentido de enfrentar o crime organizado ou, no caso específico, a ação de grupos de extermínio. Então, eu não vejo e não quero crer que haja nenhuma razão para ninguém votar contra isso, a não ser, Sr. Presidente, que se apresentem fatos novos. E eu gostaria de ouvir de companheiros Deputados, amigos Deputados, colegas Deputados, alguma razão que pudesse justificar a negação da aprovação deste requerimento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, brevemente, para orientar pelo PFL, como Vice-Líder. Eu gostaria apenas de refutar a orientação apresentada pelo Deputado Daniel Almeida, com o seguinte fundamento: foi aprovado por esta Comissão o requerimento que solicita a realização de audiência com o atual Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, portanto, a pessoa mais competente para apresentar todo e qualquer esclarecimento sobre as ações de toda a esfera da segurança pública no Estado. Portanto, incorreríamos em uma redundância. Até pela exigüidade do tempo, eu acho que o Secretário atual é quem tem o domínio das ações passadas, das presentes e das futuras. Por isso, o encaminhamento é contra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria. V.Exa. pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos votar, Presidente. Vamos para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Rejeitado o presente requerimento. Sobre a Mesa Requerimento de nº 57, de autoria do Sr. Deputado Luiz Couto, que solicita requisição de cópias de documentos ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. Tem a palavra o Relator, Deputado Luiz Couto, e autor do requerimento.

(Não identificado.) - Não entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Solicita documentos ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe. Requerimento 57, de autoria do Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quando aqui esteve, inclusive como convidado desta CPI, o Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe, Sr. Luiz Mendonça, ele assegurou que encaminharia a esta CPI uma série de documentos, que até esta data não foram encaminhados. Então, nós estamos apenas requisitando que essa documentação que consta no depoimento do Secretário, que ele possa encaminhar para esta CPI. É isso que nós estamos pedindo, solicitando a aprovação, porque, se nós não podemos ter nem a documentação que foi prometida pelo Secretário, e que até esta data não mandou, que ele possa mandar, é só para isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Se o Secretário, ao prestar depoimento perante esta Comissão, se comprometeu a enviar os documentos, eu acho que a Mesa tem a autorização, independentemente de pronunciamento do Plenário, porque é um compromisso que ele assumiu perante a Comissão, se obrigou, e, então, poderá a própria Mesa requisitar o documento, independente... E,



se ele se recusar, aí então nós poderíamos tomar outras providências. Ele pode ser, inclusive, ameaçado, sob as penas da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência pode oficiar ao Secretário, e é óbvio que ele manda se achar que deve. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Rejeitado o presente requerimento. Sobre a mesa o Requerimento nº 59, de autoria do Deputado Luiz Couto, que *“solicita que seja convidado a participar de audiência pública desta Comissão o Superintendente da Polícia Federal do Estado de Sergipe, Delegado Quércio Pinto”*.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero, pelo menos, ter a responsabilidade de colocar aqui publicamente da necessidade de a gente ouvir o Superintendente da Polícia Federal no Estado de Sergipe. No Estado de Sergipe, do Governo passado para cá, vários crimes são perpetrados em nosso Estado e que não estão elucidados. São mães viúvas... são mães que têm ficado viúvas, com seus filhos órfãos. E em muitos processos desses pairam muitas dúvidas, tem muita gente solta. É uma grande oportunidade que o Estado de Sergipe poderá ter nessa contribuição que poderá dar à CPI do Extermínio nesse processo. Então, eu quero discutir e colocar para os Srs. Deputados a necessidade e a determinação que o Presidente, com o Relator, Luiz Couto, têm colocado a respeito desse processo. Então, eu quero alertá-los da necessidade de ouvir o Secretário... o Superintendente da Polícia Federal do Estado de Sergipe, Quércio Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Em votação o presente requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)* Rejeitado o presente requerimento. Sobre a mesa o Requerimento de nº 60, de autoria do Deputado Luiz Couto: *“Solicita que sejam intimados, na qualidade de testemunha, o Tenente-Coronel Yunes, Diretor do COE - Comando de Operações Especiais do Estado de Sergipe; o Delegado de Polícia Civil Luciano Cardoso; o Delegado de Polícia Civil José Luiz Accioly Teixeira; o Superintendente da Polícia*



Civil Joelise Oliveira Costa Teles e o Delegado de Polícia Civil João Elói Meneses, todos do Estado de Sergipe”.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, infelizmente, não temos... Consultei a Assessoria, não temos tempo regimental para pedir nova verificação. Eu quero levantar uma questão de ordem a V.Exa. de que nem todos os Deputados que estão nesta sala são membros desta CPI. E 2 Deputados, pelo menos percebi, na votação, que foi uma votação não nominal, votaram pela rejeição da matéria, e não são membros desta CPI. Eu gostaria que V.Exa. encaminhasse, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado Luiz Alberto, os 2 Deputados que não são membros desta Comissão... a Secretaria da Comissão não contabilizou os votos dos mesmos.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Muito bem, Sr. Presidente. Porém, acho que isso é uma falta, no mínimo, de decoro parlamentar. Eu não sou membro da Comissão, portanto não posso me manifestar no voto, mesmo não sendo nominal. Até porque isso pode gerar uma confusão na identificação do resultado da votação. Gostaria que V.Exa., então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - V.Exa. tem toda a razão. Agora, a Secretaria da Comissão não contabilizou os votos. E a gente pede aos Srs. Deputados que não fazem parte da Comissão que sejam...

O SR. DEPUTADO ALMEIDA DE JESUS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA DE JESUS - Para que não paire nenhuma dúvida para com os Deputados que aqui se fazem presentes, que se cite os nomes dos 2 Parlamentares que não são da Comissão, porque isso pode causar transtorno aos que são membros desta Comissão. Uma vez que são citados 2 Parlamentares... Não! Tem 2 Parlamentares que têm nomes.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, eu perguntaria se o Deputado ACM Neto é membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Não.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Pois é, ele votou, se manifestou pelo voto nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Eu quero sugerir a V.Exa., Sr. Presidente que...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não sou membro da Comissão, apenas me pronunciei...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - O Regimento não permite isso.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu me pronunciei, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Portanto... Sr. Presidente, se pronunciar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado Luiz Alberto, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - ... se pronunciar como Vice-Líder, se manifestar com opinião, eu não estou questionando isso. O que eu questiono é a manifestação do voto, levantando a mão para votar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Esse é um gesto simbólico, Sr. Presidente. O que interessa...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Não é gesto simbólico, é a forma de aferição da votação pela Mesa. Inclusive, Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa encaminhasse, inclusive, a anulação dessa votação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Porque isso compromete o trabalho desta CPI, no sentido de dar seriedade a ela.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Para contraditar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, não houve da minha parte, hora nenhuma...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Para contraditar, para contraditar. Sou membro da Comissão, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria atestar a lisura do procedimento do Presidente e da Assessoria da Mesa no sentido do procedimento ocorrido nas votações. Portanto, não cabe o pedido de anulação das votações realizadas. Eu sou membro da Comissão e, ao começo desta reunião, duas solicitações que eu fiz, a Mesa não acolheu. Eu respeito a decisão da Mesa e, portanto, em respeito à decisão da Mesa, que nós prossigamos as votações.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, como fui citado, eu gostaria apenas de me pronunciar aqui. O art. 10, inciso III, do Regimento, diz claramente o seguinte: *“Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar a Mesa. (...) III... são prerrogativas... Art. 10. O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas: (...) III - participar, pessoalmente ou por intermédio dos seus Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta”*. O que eu quero dizer é que não houve aferição nominal. Portanto, não há comprovação, a menos pela contabilização da pessoa que estava na Mesa, de quem votou ou não votou. E o Secretário da Mesa, sabendo quem votou e quem não votou e mostrando que não contabilizou qualquer voto, então, oficialmente, não houve nenhum tipo de registro, só fiz orientar, o que é um procedimento formal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, considero lamentável o que está acontecendo aqui. É lamentável, porque esta CPI tem a finalidade de apurar os casos de extermínio que estão acontecendo no Estado do Nordeste. Quando venho aqui, com todo o respeito ao Líder ACM Filho... mas aqui, na linha de frente, em todas as vezes que foi considerado que apresentasse o voto, ele levantou a mão, até como em uma liderança, como se comandasse aqui uma votação. Eu acho que, realmente, é uma falta de respeito com esta Comissão, com



esta CPI, esse procedimento do nosso nobre colega Parlamentar, e que realmente impede que esta CPI possa ter um transcurso correto, que é o de apuração. E quem não deve não teme e não treme. Então, eu até não sendo membro parlamentar de nenhum Estado do Nordeste, estou aqui com a minha consciência de que este País precisa apurar os crimes de extermínio, que este País precisa elucidar a questão de direitos humanos neste País, porque nós vamos viver dias piores. E nós temos a obrigação, no Parlamento, de contribuir para a ordem, para o direito do cidadão e para que as pessoas tenham mais tranqüilidade neste País. Esse é o nosso objetivo. Então, considero, no mínimo, lamentável. E faço coro também ao Deputado Luiz Alberto, porque acho que esta votação deveria ser anulada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Almeida de Jesus.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA DE JESUS - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu vejo da seguinte forma: quando foi citada pelo nobre companheiro Luiz Alberto a questão dos 2, o que eu pedi é que fossem, então, identificados, para que não pairasse nenhuma dúvida. Agora, na questão da condução do Deputado ACM Neto, o que eu tenho a dizer é o seguinte: tanto aqui, nas Comissões, em qualquer Comissão, como no plenário, os Líderes e Vice-Líderes, o que fazem é orientar as bancadas, é convencer, vamos usar o termo mais conveniente, é induzir o seu liderado a votar de acordo com a bancada. Eu acho que o que ele fez aqui foi exatamente a condução, como Líder. E a questão de levantar a mão quando a aferição é feita pela Mesa, porque não houve uma verificação, e a Mesa não contabilizou. Portanto, por que se anular a votação? Eu acho... Eu deixo a critério de V.Exa. e da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Como Presidente da Mesa, essa matéria é vencida. A matéria é vencida, o Plenário a rejeitou. Houve o equívoco do Deputado ACM Neto. Como também o nosso Deputado João Fontes continuou como estava...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu quero colocar o seguinte: eu não me manifestei, porque eu não sou membro. Eu não poderia me manifestar. Eu posso encaminhar, eu posso discutir...



(Não identificado) - Exatamente, porque quem afere é o Secretário. O Secretário, sabendo que V.Exa. não é membro, não contabilizou V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Mas o que eu posso dizer é que a matéria foi vencida.

(Não identificado) - É lógico.

(Não identificado) - Vamos votar, vamos votar, vamos votar.

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Sr. Presidente, Presidente, Presidente....

(Não identificado) - Vamos votar, vamos votar, vamos votar.

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o...

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - É só um requerimento, se V.Exa. me permite. Para evitar esse tipo de coisa que está ocorrendo aqui, eu sugiro a V.Exa. que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Mesa defere o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, para contraditar. Verificação só pode ocorrer depois de uma hora. V.Exa. não pode aferir este requerimento sem cumprir o interstício de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Veja bem, eu entendo perfeitamente, Deputado Arnaldo Faria de Sá., V.Exa. está com razão. Mas para que tire a dúvida... se houver dúvida, a gente vai ter ou que derribar a sessão ou que..

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas, regimentalmente...

(Não identificado) - Tem de cumprir o Regimento, Excelência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Regimentalmente, no interstício de uma hora, não pode haver nova verificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. tem que identificar, conhece todos. Só tem que verificar quem é membro e quem não é membro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Regimentalmente, não cabe verificação dentro de uma hora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não cabe verificação.



(Não identificado) - Sr. Presidente, pode-se fazer a chamada daqueles que são membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tudo bem, o Presidente é democrata, vamos cumprir o Regimento. Não tem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pelo Regimento, não pode ter verificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não comporta verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, isso é fácil identificar. Esta sessão está sendo gravada e é possível verificar isso aqui, se houve... Se houve, nós vamos ter que tomar providência. Agora, eu lamento que nós, não aproveamos requerimentos de pessoas, inclusive, que foram acusadas e que, para terem o direito sagrado de se defender, essas pessoas queiram exterminar a Comissão, a CPI do Extermínio no Nordeste. Eu verifico que foram pessoas que estão sendo acusadas, teriam o direito de vir aqui e dizer que não tem consistência a acusação.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não o fizeram, não o fizeram aqui. Então, Sr. Presidente, eu fico triste com isso aqui. É sinal que, parece, não estamos querendo investigar. Agora, este Requerimento 60/03... Ontem estiveram 2 delegados aqui que solicitaram, inclusive, que alguns deles pudessem ser ouvidos. Outros foram acusados aqui por uma delegada e por um Deputado estadual. E a gente não quer que essas pessoas tenham o direito de vir aqui para se defender?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Luiz Couto?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu espero, Sr. Presidente, que nós... se é para votar contrários a todos os requerimentos, se nós queremos matar a CPI do Extermínio no Nordeste, então que se assumam...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Luiz Couto?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como não pode ter... V.Exa. pode pedir a palavra e falar. Eu peço a aprovação do Requerimento nº 60/03.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu posso entender também que o Deputado Luiz Couto não quer fazer o requerimento, porque... não quer fazer o relatório, porque, na verdade, nós temos mais 20... 15 ou 20 requerimentos aprovados para que as pessoas venham aqui prestar esclarecimentos e outros tantos requerimentos a serem votados, e só temos 3 dias úteis, que não dá tempo suficiente. Se o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Um minuto, Sr. Presidente. Se o Deputado Luiz Couto quiser realmente apresentar o requerimento, ele terá de trabalhar de hoje até segunda-feira, à meia-noite, para terça-feira ele apresentar o relatório, e nós vamos ouvir as pessoas que já foram convidadas que não farão parte do seu relatório. Mas depois que forem ouvidas as pessoas que estão (*inaudível*) até meia-noite. Caso não seja prorrogado até terça-feira, ele terá que apresentar o relatório. Ou, então, esta CPI está fadada, como tantas outras, a não se apresentar o relatório, acabar sem ter o relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado José Carlos Araújo, eu estou percebendo que o Plenário quer votar os requerimentos. Então, esse assunto que V.Exa. traz não é para o momento em que estamos discutindo justamente a votação dos requerimentos. Tem a palavra o Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu quero, mais uma vez, já que derrubado o Requerimento nº 59, alertar todos os Deputados da necessidade de ouvir essas pessoas que estão elencadas no Requerimento nº 60. V.Exas. serão responsáveis pelo não-esclarecimento. Prestem bem atenção a isso. São várias mortes em Sergipe. São pessoas que foram citadas em outros depoimentos. Nós temos a necessidade de passar a limpo, até para inocentar aquelas pessoas que agora estão sendo acusadas. É inadmissível. Foi no outro Governo e neste Governo. É inadmissível que V.Exas. arquivem esse processo. V.Exas. terão a responsabilidade, perante a opinião pública brasileira, o nosso Estado, de estar aqui matando uma grande oportunidade de a gente poder esclarecer crimes. Tem um



Deputado que foi morto, Vereador que foi morto, e nós precisamos apurar esses fatos. Fica para V.Exas. a responsabilidade de engavetar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Em votação o presente requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Rejeitado o presente requerimento.

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Verificação nominal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não cabe verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Voto aberto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não cabe verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Não cabe, Deputado Promotor Afonso Gil, verificação nominal, em virtude de a última votação não ter uma hora ainda.

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Sobre a mesa o Requerimento nº 70, de autoria do Deputado Luiz Alberto, que solicita que seja convidada a Sra. Telma Pereira Lobão a comparecer a esta Comissão para denunciar atuação de grupo de extermínio na cidade de Cruz das Almas, no Estado da Bahia. Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto, como autor.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, eu, infelizmente, estou com a sensação de que os nossos pares que se mobilizaram hoje para esta sessão vieram com o objetivo de impedir a aprovação de qualquer requerimento apresentado aqui pelos Srs. e Sras. Parlamentares. Nas palavras do Deputado Luiz Couto, querem exterminar a CPI do Extermínio, querem manter o estado de violência contra as pessoas pobres deste País. Todas as pessoas que estão sendo nominalmente convidadas ou convocadas nos requerimentos são pessoas que foram citadas ou... Diferente é este meu requerimento da Sra. Telma. Ela se manifestou para vir aqui fazer um depoimento em relação ao que ocorre na cidade de Cruz das Almas, na Bahia. Não tem a ver, Srs. Deputados, principalmente da Bahia, aos quais quero me dirigir, com nenhuma autoridade da Segurança Pública que está sendo convocada aqui. É uma cidadã que foi ameaçada e quer proteção e fazer um depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu pediria aos



nobres Deputados que não aceitassem que a história lhes colocasse o rótulo de pessoas... Tenho certeza absoluta de que são Parlamentares que vieram participar desta Comissão com o intuito de contribuir e investigar os crimes praticados pelos grupos de extermínio no nosso País, no Nordeste. E que não ficássemos com o rótulo de coniventes com esse tipo de crime com uma pessoa que quer proteção de vida e quer colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, acreditando que a única Casa a que poderia se dirigir para contribuir com esse processo é exatamente a Casa da representação popular, que é a Câmara dos Deputados. Portanto, eu pediria aos Srs. Parlamentares que aprovassem requerimento para que a Sra. Telma pudesse vir aqui a esta Comissão contribuir com seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria responder diretamente ao Deputado anterior. Não há conivência nenhuma da minha parte ao ser contrário ao requerimento dele. A questão é meramente regimental. Eu repilo a acusação de que esteja havendo qualquer tipo de conivência com o crime, ou com a vontade de se exterminar a Comissão. O detalhe regimental, Sr. Presidente, é que esta CPI tem prazo terminal dia 23, que é próxima terça-feira. Não houve a prorrogação dos trabalhos. Vários requerimentos foram aprovados, e as pessoas não foram ainda ouvidas. E a verdade que eu quero deixar claro aqui é que eu estou apenas querendo o cumprimento do Regimento. Se houver a prorrogação da CPI, eu mesmo assumo o compromisso de reapresentar esses requerimentos. Não há nenhuma intenção de exterminar coisíssima nenhuma! Não há nenhum tipo de conivência. Há simplesmente o cumprimento da questão regimental. Portanto, contra o requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, tem a palavra Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, é importante destacar que nunca tivemos esse *quorum*, aqui, nem em audiência, nem em votação. Hoje nós temos *quorum* que só teve aqui. Significa o seguinte: primeiro é que nós solicitamos, no tempo hábil, a prorrogação da CPI. Nós tivemos aqui,



enquanto a pauta estava fechada — ou seja, o requerimento é votado na primeira reunião, enquanto não tiver a CPI, não pode ter atividade. Mas o requerimento terá que ser aprovado, terá que ser votado; o requerimento que está para ser votado. Então, não tem esse negócio de dizer que está terminando no dia 23. A primeira etapa, sim, no dia 23, mas ela já tem um requerimento de prorrogação. Esperamos que aprove a prorrogação, e que nós escutemos as pessoas que já foram convidadas, convocadas, intimadas para continuar. Porque não só tem Sergipe e Bahia, têm outros Estados que precisam também ser investigados. Então, eu acho que é importante a aprovação desses requerimentos, primeiro, porque é uma pessoa que tem formação. É uma pessoa que está querendo dar uma informação e entrar no programa de proteção. O problema que, se ficar sem ter essa proteção, será eliminada como outras que foram eliminadas. Então, nesse sentido, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, Sr. Relator, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E se a pessoa não vier aqui, ela não está no programa de proteção?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ela quer contribuir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mesmo que ela não vier aqui, ela vai estar no programa de proteção. Não precisa passar por aqui para estar no programa de proteção.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ela quer dizer para entrar no programa de proteção. Se ela não vem, vai impedir o quê? Se o silêncio é que pairou... Então, nós estamos pedindo inclusive a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, eu queria me dirigir aqui ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Eu não acusei aqui ninguém de conivência. Eu disse que nós não poderíamos aceitar o rótulo de ser conivente. E continuo achando que nós não deveríamos aceitar o rótulo de conivente, que a história poderá colar na nossa Comissão. Eu queria solicitar, Sr. Presidente, que nós déssemos conseqüência inclusive à fala do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá. Se é verdade que o problema de que não há tempo é regimental, em não havendo prorrogação



dos trabalhos da CPI, que nós, então, pegássemos os requerimentos que faltam, retirássemos da pauta, encaminhássemos o pedido — já foi encaminhado, aliás, o pedido de prorrogação. Em se aprovando o pedido de prorrogação, nós retomariamos esses requerimentos para avaliação desta CPI, evidentemente com a concordância dos autores dos requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado Luiz Alberto, eu entendo a preocupação de V.Exa, mas temos de concluir a pauta de votação. Mas quero também, Deputado Arnaldo, V.Exa. é um perfeito conhecedor do Regimento Interno. Qualquer discussão, a Presidência está de acordo. Não aceito qualquer coisa regimental, porque a CPI está cumprindo o Regimento rigorosamente. Quero deixar claro que a CPI está dentro do prazo regimental. Quero deixar registrado. Em votação o presente requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*). Segure um pouquinho porque há dúvida, há dúvida. Vamos aguardar, vamos ver se tem algum suplente aí que está...Está em dúvida, Deputado Arnaldo Faria?

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, a sugestão do Deputado Gil não era verificação, ele queria só, para evitar dúvidas, que identificasse só o membro votante, não é uma verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Não é verificação, eu vou ter que chamar a votação nominal. Votação nominal.

(**Não identificado**) - Isso, Presidente, foi este o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Como vota o Deputado Fernando Ferro, pelo PT?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado Luiz Alberto?

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado João Alfredo?
(*Pausa.*) Ausente. Deputado Luiz Couto?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Votou “sim” o Deputado Luiz Couto. Pelo PFL, Deputado José Carlos Araújo...



O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, estou convencido de que este País é um País sem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Ausente. Deputado Luiz Carreira. (*Pausa.*) Ausente. Deputado Marcelo Guimarães Filho. (*Pausa.*) Ausente. Deputado Mendonça Prado, “sim”. Deputado Josias Quintal, pelo PMDB (*Pausa.*) Ausente. Deputado Marcelo Castro (*Pausa.*) Ausente. Deputado Mauro Lopes (*Pausa.*) Ausente. Deputado Bosco Costa, “sim”. Deputado Helenildo Ribeiro (*Pausa.*) Ausente. Deputado Vicente Arruda (*Pausa.*) Ausente. Pelo PP, Deputado Enivaldo Ribeiro (*Pausa.*) Ausente. Deputado Mário Negromonte (*Pausa.*) Ausente. Pelo PTB, Deputado Jonival Lucas Junior (*Pausa.*) Ausente. Deputado Romeu Queiroz (*Pausa.*) Ausente. Pelo PL, Deputado Marcos de Jesus (*Pausa.*) Ausente. Deputado Paulo Gouvêa (*Pausa.*) Ausente. Pelo PPS, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pelo PDT, Deputado Promotor Afonso Gil, “sim”. Pelo PCdoB, Deputado Daniel Almeida (*Pausa.*) Ausente. Srs. suplentes: Deputado Guilherme Menezes, do PT, (*Pausa.*) Ausente. Deputado José Pimentel (*Pausa.*) Ausente. Deputado Maurício Rands (*Pausa.*) Ausente; Deputado Nelson Pellegrino (*Pausa.*) Ausente. Pelo PFL, Deputado Fernando de Fabinho (*Pausa.*) Ausente. Deputado Rodrigo Maia (*Pausa.*) Ausente. Pelo PMDB, Deputado Pastor Pedro Ribeiro (*Pausa.*) Ausente. Deputada Sandra Rosado (*Pausa.*) Ausente. Pelo PSDB, Deputado Carlos Sampaio (*Pausa.*) Ausente. Deputado João Campos (*Pausa.*) Ausente. Pelo PP, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (*Pausa.*) Ausente. Deputado Nélio Dias (*Pausa.*) Ausente. Pelo PTB, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - “Não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - “Não”. Deputado Iris Simões (*Pausa.*) Ausente. Pelo PL, Deputado Almeida de Jesus (*Pausa.*) Ausente. Deputado Edmar Moreira (*Pausa.*) Ausente. Pelo PRONA, Deputado Elimar Máximo Damasceno (*Pausa.*) Ausente.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, eu queira que V.Exa. registrasse em ata aquelas pessoas que...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está em processo de votação. Deixa ele dar o resultado, primeiro o resultado, primeiro o resultado.

(Não identificado) - Já chamou os suplentes, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Sete votos “sim”, um voto “não”. Não tivemos *quorum*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está encerrada a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Está encerrada a presente sessão.